

242 — Cesar R. Cantanhede e Almeida
 243 — Plínio, R. Cantanhede e Almeida
 244 — Itagildo Ferreira
 245 — Celso Timponi
 246 — Augusto L.T. de Freitas
 247 — Rubens D'Almada Horta Porto
 248 — Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
 249 — Henrique Domingos Ribeiro Barbosa
 250 — Arizio de Vianna
 251 — Benedicto Silva
 252 — Carlos Medeiros Silva
 253 — Joaquim Rufino Ramos Jubé Jr.
 254 — Manoel Bergström Lourenço Filho
 255 — Julio Barros Barreto
 256 — Theodoro Arthou
 257 — Felinto Epitácio Maia
 258 — Charles Tadeu Javes
 259 — Alaim de Almeida Carneiro
 260 — José Nazareth Teixeira Dias
 261 — Assis Chateaubriand Bandeira de Melo
 262 — Herbert Moses
 263 — José Pires do Rio
 264 — Elmano Cardim
 265 — Mauricio Nabuco
 266 — Ari Frederico Torres
 267 — Temístocles Brandão Cavalcanti
 268 — Heitor Campelo Duarte
 269 — Ari Azambuja
 270 — Adroaldo Junqueira Aires
 271 — Jayme Moreira Lins de Almeida
 272 — Euryalo Cannabrava
 273 — Rodrigo Melo Franco de Andrade

274 — Arauld da Silva Bretas
 275 — Roberto Bandeira Accioli
 276 — Henrique Blanc de Freitas
 277 — Beatriz Marques de Souza Wahrlich
 278 — Alberto Sá Souza de Brito Pereira
 279 — Manoel Ferreira Guimarães
 280 — Jurandir Lodi
 281 — Paulo de Tarso Leal
 282 — Francisco D'Auria
 283 — José Reis
 284 — Brásilio Machado Neto
 285 — Gofredo Teixeira da Silva Telles
 286 — Artur Antunes Maciel
 287 — Marcos Melega
 288 — Carlos Alberto de Carvalho Pinto
 289 — Abelardo Vergueiro Cezar
 290 — Moacir E. Alvaro
 291 — Aldo Mario de Azevedo
 292 — Herminio Gomes Moreira
 293 — Armando de Virgilis
 294 — Antonio Rodrigues de Azevedo
 295 — Noemi Silveira Rodolfer
 296 — Armando Arruda Pereira
 297 — Martim A. Xavier da Silveira
 298 — J. Gabriel Penteado
 299 — Antonio Ribeiro França Filho
 300 — Fernando do Rêgo Falcão
 301 — Jorge Zarur
 302 — Milton Improta
 303 — Paulino Baptista Conti
 304 — Raimundo Marchi
 305 — Horácio Rodrigues

A reforma do Instituto Nacional de Surdos-Mudos

(Discurso pronunciado pelo Prof. SAUL BORGES CARNEIRO na solenidade comemorativa do 87.º aniversário do Instituto).

Minhas senhoras e meus senhores :

A data do aniversário do Instituto Nacional de Surdos-Mudos transcorre hoje num ambiente mais animado e mais alegre do que nos anos anteriores. E' que, em primeiro lugar, o espetáculo da guerra mundial, a que ninguém pode ser indiferente, já se mostra francamente propício e animador; as primeiras notas do clarim da vitória já nos ferem de longe os ouvidos, enchendo-nos de entusiasmo e de fé, e dando-nos ao mesmo tempo essa sensação de alívio que se experimenta ao acordar, depois de pavoroso pesadelo. E em segundo lugar, é que este ano de 1944 foi para a nossa velha casa de educação um ano maravilhosamente feliz, um desses anos que, no dizer dos antigos, se devem assinalar com pedra branca. Com efeito, a primeiro de janeiro deste ano entraram em vigor o Decreto-lei número 6.704 e os Decretos ns. 14.199 e 14.200, todos de 7 de dezembro de 1943, que trouxeram para o nosso Ins-

tituto inestimáveis melhoramentos, ampliando-lhe todos os serviços e dilatando-lhe consideravelmente a finalidade e o campo de ação.

Na verdade, a organização desta casa de educação de surdos já se mostrava, em muitos pontos, clamorosamente antiquada. Bastaria lembrar, para confirmar o que dissemos, que sua estrutura básica ainda vinha do remoto ano de 1873, da época, aliás fecunda em reformas de utilidade pública, em que presidia o ministério o Visconde do Rio Branco. E' certo que o Instituto teve os regulamentos de 1901, de 1909 e de 1911, mas essas peças legislativas não passavam, por assim dizer, de reedições do regulamento de 1873.

Já era, pois, tempo de adaptar a organização do Instituto aos imperativos da vida moderna, aproveitando os ensinamentos da pedagogia contemporânea e os frutos da experiência das ciências afins. Cumpre salientar, todavia,

que nos últimos anos a direção do Instituto se tinha largamente esforçado no sentido de fazer com que este estabelecimento não se mantivesse de todo alheio aos progressos e às novas exigências da especialidade pedagógica a que se destina. De fato, o regulamento de 1873 vinha sofrendo, de ano para ano, remendos, adições e alterações, algumas das quais, por essencialmente importantes, merecem que lhes façamos aqui particular menção. Destarte não haveremos de esquecer a criação, que data já de um decênio, do Externato feminino, o qual veio atender, pôsto que ainda imperfeitamente, à premente necessidade do ensino das meninas. Da mesma época datam o serviço Oto-rinolaringológico e a Oficina de trabalhos de madeira. Êsses três melhoramentos, devidos à iniciativa do Dr. ARMANDO DE LACERDA, têm produzido os mais apreciáveis frutos.

No plano didático, se bem que o número de professores se tornasse demasiado exíguo para o número de educandos, que cresceu de modo notável, circunstância essa que muito prejudicou o ensino, os progressos e aperfeiçoamentos que a nossa pedagogia apresenta nos países mais adiantados não foram por nós descurados. Assim é que a mais moderna das técnicas empregadas atualmente no ensino de surdos, e que consiste em ensinar a linguagem aproveitando os resíduos auditivos existentes, e com o auxílio de ampliadores, fones e microfones, já está sendo ensaiada aqui no Instituto há dois anos, com bastante sucesso. O Professor BRASIL SILVADO, que é em nosso meio um dos mais acatados especialistas em questões de pedagogia de surdos, foi estudar à América do Norte esse novo e complicado método educativo, e dentro de alguns minutos tereis ocasião de apreciar e julgar a demonstração que ele vos vai fazer do referido método.

Em 1937, por iniciativa do Sr. Ministro Gustavo Capanema, foram vendidas mil e tantas apólices pertencentes ao Patrimônio do Instituto e com o produto dessa venda edificaram-se amplos pavilhões destinados a alojar mais confortavelmente vários serviços do Instituto.

Entretanto, não bastavam as instalações materiais. Tornava-se imprescindível uma larga reestrutura de todos os serviços do Instituto. Nesse intuito, o Dr. Armando de Lacerda apresentou ao Governo um projeto de reforma que, depois de meticulosamente estudado, retocado e padronizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, foi afinal aprovado pelo Sr. Ministro da Educação e pelo Sr. Presidente da República, e consubstanciado naqueles três decretos de 7 de dezembro. Como complementos indispensáveis desses atos legislativos apareceram, finalmente, o Decreto-lei n.º 6.628 e Decreto n.º 15.912, ambos de 26 de junho de 1944, que melhoraram os salários dos professores e mestres e aumentaram o número de docentes.

Ao completar, pois, o seu octogésimo sétimo ano de existência, enceta o nosso Instituto nova e promissora fase da sua evolução.

Dentre as características fundamentais dessa grande reforma eu devo salientar as seguintes:

Ampliação das finalidades do Instituto, que passará a ser não só uma escola de ensino para surdos, mas ainda um centro de investigação científica, onde se pesquisarão todos os assuntos referentes à surdez, à pedagogia e à didática

dos surdos, à vida pós-escolar dos alunos. Além disso, caberá ao Instituto o controle técnico e a orientação das escolas de surdos de todo o país, assim como a realização de cursos para a formação de professores especializados. Ao lado dessas inovações, que conferem ao Instituto o caráter de serviço nacional, criaram-se ainda serviços de natureza local, como o Internato para as meninas, que aliás receberá educandas de todo o Brasil, o Jardim da Infância, e mais duas Oficinas.

No regimento aprovado em 7 de dezembro, a criação mais importante, no plano científico, é a seção clínica e de pesquisas médico-pedagógicas. E' a esse serviço que caberá iniciar a tarefa, apenas levemente esboçada, de estudar a personalidade do surdo-mudo brasileiro e delinear então, baseando-se no tipo os tipos que forem reconhecidos, planos de educação de feição menos empírica, como se tem feito até agora, aliás em todo o mundo.

De fato, um plano de ensino, para ser tanto quanto possível perfeito, deve basear-se no conhecimento das possibilidades educacionais dos indivíduos a quem se vai aplicar. E a psicologia dos surdos-mudos anda ensaiando ainda seus primeiros passos, mesmo nos países de maior cultura, como os Estados Unidos da América do Norte, onde, aliás, um grupo de investigadores de alto valor científico já lhe tem consagrado, ultimamente, importantes estudos. Para dar-vos uma ligeira idéia dos problemas que a seção de pesquisas pedagógicas terá de abordar, mencionarei apenas a questão da variação de capacidade mental de meio social para meio social, de país para país. Acha-se atualmente em experiência, no nosso Instituto, a Escala de Testes Mentais organizada por H. AMOSS, de Ontário, no Canadá. Já procedi a mais de uma centena de exames mentais com essa escala, e o mediano apurado até agora diverge largamente do mediano encontrado em Ontário. Lá foi de 94, ao passo que aqui não passou de 76. E', como se vê, uma diferença considerável.

Outro ponto que me tem chamado a atenção nestas pesquisas, e que deve interessar sobremaneira os estudiosos da Antropologia Social, é o seguinte: todas as crianças pretas que examinei até agora revelaram, exceto uma, quocientes mentais muito baixos. Um racista veria nisso, certamente, mais uma prova da incapacidade intelectual da raça negra. Entretanto, um fator de ordem social vem trazer, talvez, a solução do problema: aquelas crianças pretas, com índices mentais de retardados, provinham de meios sócio-econômicos paupérrimos. Justamente a criança que saíra de um meio onde a situação econômica e cultural era de melhor nível, foi a que apresentou o quociente mental mais elevado. E', como se vê, um problema sedutor para antropólogos e sociólogos, especialmente os da escola de BOAS.

Outras questões, a que a seção de pesquisas terá de consagrar a mais apurada atenção, são a da orientação profissional e a do reajustamento ao meio, depois de concluída a educação no Instituto. Não basta apenas educar. E' preciso conhecer com segurança o grau de eficiência e utilidade da educação ministrada, e se ela atingiu realmente as finalidades visadas, que são o reajustamento intelectual, moral e econômico do surdo ao grupo a que pertence. E, num país de paisagem social tão variada como é o Brasil, tal problema reveste feições verdadeiramente complexas.

Por essa pequena amostra poderéis avaliar a amplitude de horizontes que a atual reforma abre às finalidades do Instituto. Entretanto, se o velho regulamento de 1873 foi totalmente revogado na sua letra, não no foi no seu espírito, no seu espírito realista, que já admitia, naquela época, o preceito de ensinar o surdo pelo método que melhor se adaptasse à sua capacidade; espírito realista manifestado também no principal objetivo que assinalava à educação dos surdos-mudos, isto é, torná-los pelo trabalho membros ativos da sociedade, evitando-lhes a situação de parasitas.

Praticam-se, atualmente, no Instituto, três métodos de ensino: o escrito-silencioso, o oral, e o acústico ou auditivo. Essa variedade de métodos, correspondente à variedade de aptidões dos alunos, é uma tradição da nossa casa, tradição que coincide, aliás, com as mais recentes conclusões de uma insigne autoridade da psicologia e da pedagogia dos surdos. "Se a criança não pode adquirir a difícil arte de falar e ler nos lábios, preferível será não maguá-la, lembrando-lhe, a cada erro, a sua incapacidade; deixê-mo-la, então, usar da escrita ou dos gestos. Nosso objetivo deve ser criar um surdo equilibrado, um surdo feliz, e não um arremêdo de pessoa ouvinte-falante". Eis como pensava, em 1941, sobre tão magno assunto, um dos homens que mais e melhor aprofundaram as questões da nossa especialidade — o Professor RODOLPHO PINTNER, da Universidade Americana de Columbia (1).

Com a reestruturação dos quadros do pessoal do Instituto e o conseqüente aumento do número de docentes, poderemos fixar uma pequena lotação para cada classe, assegurando assim mais completos resultados ao ensino da linguagem.

(1) *The Psychology of the Physically Handicapped*. New York, 1941, pag. 180.

Quanto ao ensino profissional, a recente reorganização continuou conferindo-lhe a máxima importância, pois criou mais duas oficinas e dilatou a finalidade da cadeira de trabalhos manuais, onde se processará daqui por diante a seleção para a matrícula nas diversas oficinas. Julgo ser desnecessário traçar o elogio do papel do ensino profissional na educação dos surdos-mudos. É por ele que o surdo fica realmente emancipado, indenizando assim os cofres públicos das consideráveis despesas da manutenção de estabelecimentos como este. Mesmo em países onde os surdos-mudos não gozam das boas graças dos governantes, como é o caso da Alemanha nazista — a aversão que o hitlerismo nutre pelos surdos-mudos provém naturalmente do fato de existirem 45 mil surdos-mudos alemães, o que desmente não só a fantasia da superioridade biológica, da ausência de taras e da perfeição racial, mas ainda põe em xeque o decantado prestígio da medicina alemã — mesmo nesses países, considera-se "o dinheiro empregado no aproveitamento dos surdos-mudos como um capital que renderá juros" (2).

Creio que vos descrevi as linhas mais salientes da grande reforma que começa a executar-se este ano. Os surdos-mudos brasileiros devem-na à dedicação constante e eficiente do nosso diretor, à seriedade e à atenção com que os técnicos de administração do D.A.S.P. estudaram as propostas de reorganização, enfim à franca e patriótica boa vontade dos altos poderes da República.

Este ano de 1944 foi, pois, um ano decisivo na vida da nossa instituição, e eu faço votos, os mais ardentes votos, para que 1944 seja igualmente um ano decisivo para o Brasil e para a Humanidade.

(2) G. LEHMANN. *Das Taubstummeneinrichtungswesen im neuen Deutschland*. Berlin, 1936.

"Revista de Direito Administrativo"

Seção II da "Revista do Serviço Público"

Circulará ainda este mês o primeiro fascículo da *Revista de Direito Administrativo*, criada pela Portaria 992, de 3 de outubro último, como Seção II da REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO.

A nova Revista se destina a todos quantos, no serviço público ou fora dele, se dedicam ao estudo e à aplicação do direito administrativo. Publicará, em seções, trabalhos de caráter doutrinário ou informativo; exposições de motivos de leis e decretos; decisões dos tribunais e juizes de todo o país, que versem matéria regida pelo direito administrativo ou que nêlo possa repercutir; exposições de motivos que servirem de fundamento a decisões administrativas de caráter geral; pareceres e informações proferidas em processos; comentários, crônicas, resenhas de caráter objetivo sobre as leis novas e as decisões judiciais ou administrativas, fazendo ressaltar, em confronto com a legislação ou

a jurisprudência anterior, as repercussões e tendências do novo texto ou decisão; crítica e índice bibliográfico; textos de leis, de regulamentos e de instruções.

A *Revista de Direito Administrativo* publicará no primeiro fascículo, entre outras matérias, o seguinte: "Problemas da partilha tributária", CASTRO NUNES, Ministro do Supremo Tribunal Federal; "Fontes do direito administrativo", THEMÍSTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI, Proc. Reg. da República no Distrito Federal; "Ílícito administrativo e ilícito penal", NELSON HUNGRIA, membro das Comissões elaboradoras dos Ante-Projetos dos Códigos Penal e do Processo Penal, da Lei das Contravenções Penais e Desembargador no Tribunal de Apelação do Distrito Federal; "Os contratos de empreitada e a aplicação da cláusula *rebus sic stantibus* no Direito Administrativo", OSCAR SARAIVA, Cons. Jur. do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; "A utilização em Direito Administrativo das regras e